

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado) | <input type="checkbox"/> Artigo científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação (mestrado) | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC (graduação) | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Matrícula:

Título do trabalho:

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não


O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não


DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

/ /


Documento assinado digitalmente
 ALINE CRISTINA SILVA DE SOUSA
Data: 27/03/2026 15:00:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 LETYCIA DIVINA CARVALHO PINTO
Data: 27/03/2026 15:24:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)

Documento assinado digitalmente
 ELSON BARBOSA DA SILVA JUNIOR
Data: 28/03/2026 11:24:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ofício nº 54/2026 - GGRAD-RV/DE-RV/CMPRV/IFGOIANO

ANEXO III - ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 18 horas e 00 minutos, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos docentes Elson Barbosa da Silva Júnior (Orientador), Danilo Missias Teixeira (Membro) e Silvana Leão de Sá (Membro), com a finalidade de examinar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "INCLUSÃO, DIVERSIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE: CONSTRUINDO CAMINHOS PARA A EPT, de autoria dos(as) estudantes Aline Cristina Silva de Sousa e Letycia Divina Carvalho, regularmente matriculados(as) no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência em Educação Profissional e Tecnológica – EPT, do Instituto Federal Goiano (IF Goiano).

Concedida a palavra aos(às) estudantes, foi realizada a apresentação oral do TCC, seguida da arguição pelos membros da Banca Examinadora. Após as considerações e deliberações, a Banca decidiu pela APROVAÇÃO dos(as) estudantes, com nota 87,33.

*BANCA EXAMINADORA:
Assinado Eletronicamente
Elson Barbosa da Silva Júnior
(Presidente e Orientador)*

*BANCA EXAMINADORA:
Assinado Eletronicamente
Danilo Missias Teixeira
(Membro 01)*

*BANCA EXAMINADORA:
Assinado Eletronicamente
Silvana Leão de Sá
(Membro 02)*

Cristalina(GO), 20 de março de 2026

Documento assinado eletronicamente por:

- **Elson Barbosa da Silva Junior, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 20/03/2026 19:06:21.
- **Silvana Leao de Sa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 20/03/2026 19:06:37.
- **Danilo Missias Teixeira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 20/03/2026 19:06:39.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/03/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 802607

Código de Autenticação: 7b578a31b3



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Rio Verde
Rodovia Sul Goiana, Km 01, Zona Rural, 01, Zona Rural, RIO VERDE / GO, CEP 75901-970
(64) 3624-1000



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INCLUSÃO, DIVERSIDADE E FORMAÇÃO DOCENTE: CONSTRUINDO CAMINHOS PARA A EPT

INCLUSION, DIVERSITY, AND TEACHER EDUCATION: BUILDING PATHWAYS FOR VOCATIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

Aline Cristina Silva de Sousa

Instituto Federal Goiano de Educação, Ciência e Tecnologia

Letycia Divina Carvalho Pinto

Instituto Federal Goiano de Educação, Ciência e Tecnologia

Dr. Elson Barbosa da Silva Júnior (Orientador)

Instituto Federal Goiano de Educação, Ciência e Tecnologia

RESUMO. O estudo analisa a inclusão e a diversidade na formação de professores da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tendo como problema central a necessidade de aprimorar a formação continuada docente para promover práticas pedagógicas efetivamente inclusivas. O objetivo foi investigar como a formação atual tem contemplado a diversidade dos estudantes e propor estratégias de melhoria que garantam uma educação equitativa e democrática. A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de autores da área e análise crítica de documentos normativos e políticas educacionais. Os resultados indicam que a formação docente na EPT ainda se encontra marcada por lacunas significativas, muitas vezes pautada em cursos rápidos e voltada prioritariamente para demandas do mercado de trabalho, o que limita a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas. Conclui-se que a superação desses desafios requer uma formação continuada aprofundada e orientada por princípios de equidade, diversidade e justiça social, capaz de integrar dimensões técnicas, científicas, culturais e humanas. O estudo contribui para a reflexão sobre a construção de políticas e práticas que fortaleçam o papel transformador da EPT no desenvolvimento pleno dos sujeitos.

Palavras-chave: Equidade Educacional. Diversidade Estudantil. Formação Continuada. Práticas Profissionais Inclusivas.

ABSTRACT. This study analyzes inclusion and diversity in teacher education within Professional and Technological Education (EPT), focusing on the central problem of improving continuing teacher education to foster effectively inclusive pedagogical practices. The aim is to investigate how current training programs address student diversity and to propose strategies that ensure equitable and democratic education. The research adopts a qualitative approach, based on a literature review of key authors in the field and a critical analysis of educational policies and normative documents. The results indicate that teacher education in EPT still presents significant gaps, often characterized by short-term courses primarily oriented toward labor market demands, which limits the consolidation of inclusive pedagogical practices. It concludes that overcoming these challenges requires continuing education programs grounded in principles of equity, diversity, and social justice, capable of integrating technical, scientific, cultural, and human dimensions. This study contributes to reflections on the construction of policies and practices that strengthen the transformative role of EPT in the full development of individuals.

Keywords: Educational Equity. Student Diversity. Continuing Education. Inclusive Professional Practices.



1 INTRODUÇÃO

A inclusão e a diversidade na formação docente da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) constituem desafios urgentes e complexos no cenário educacional brasileiro. Apesar dos avanços legais e das políticas públicas que garantem o acesso à educação de qualidade para todos, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial (MEC, 2023), ainda persistem lacunas significativas na efetivação de práticas pedagógicas que contemplem a pluralidade de sujeitos presentes nesse contexto. A EPT, em especial, concentra estudantes com múltiplas especificidades, incluindo pessoas com deficiência, jovens e adultos com trajetórias escolares interrompidas e sujeitos em situação de vulnerabilidade social, o que reforça a necessidade de formações docentes capazes de responder a essa diversidade (Silva & Moura, 2022; Ferreira & Cordero, 2019).

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) enfrenta desafios persistentes para articular formação docente que favoreça práticas inclusivas e a valorização da diversidade, superando modelos formativos fragmentados e voltados predominantemente ao mercado de trabalho. Pesquisas recentes destacam que, embora existam avanços legais e normativos, como as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, as lacunas na formação continuada de docentes para atuação com inclusão e diversidade na EPT ainda são evidentes, exigindo abordagens mais integradas e críticas na formação profissional docente.

Estudos brasileiros apontam a necessidade de formação continuada que contemple aspectos pedagógicos, acessibilidade e práticas inclusivas no contexto da EPT, indicando demandas formativas ainda não plenamente atendidas pelas capacitações tradicionais, cujos estudos sobre desafios de inclusão e formação docente no ensino técnico integrados apontam lacunas significativas nessa área (Carvalho, 2025; Leite et al., 2025).

Considerando esse olhar, a insuficiência da formação docente na EPT constitui um dos maiores entraves à efetivação da inclusão. Supõe-se ainda que a adoção de práticas educativas integradoras — fundamentadas em perspectivas críticas como a pedagogia freireana (Freire, 1996), a pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2008) e a concepção de politecnia (Frigotto, 2005; Kuenzer, 2007) — pode contribuir



significativamente para a redução das desigualdades educacionais, fortalecendo o vínculo entre estudantes e escola.

A relevância do estudo justifica-se pela necessidade de consolidar práticas pedagógicas inclusivas na EPT, alinhando-se às legislações e políticas públicas que defendem o direito à educação para todos, mas também pela urgência de formar professores críticos, reflexivos e capazes de atuarem em ambientes educacionais diversos.

Além de seu valor acadêmico, a pesquisa oferece contribuições práticas para a formulação de políticas institucionais e programas de formação continuada que promovam a equidade no acesso e permanência dos estudantes. Assim, ao investigar a formação docente em perspectiva inclusiva e integradora, este trabalho busca colaborar para a construção de uma EPT democrática, multicultural e comprometida com a emancipação social.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar, a partir da literatura especializada, os desafios e possibilidades da formação continuada de professores da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a promoção da inclusão e da diversidade. Especificamente, busca-se identificar, na produção acadêmica, as principais lacunas formativas relacionadas ao atendimento à diversidade estudantil na EPT; analisar os marcos normativos e as políticas públicas que orientam a formação docente para a inclusão na EPT e, sistematizar estratégias pedagógicas e formativas que contribuam para o fortalecimento de práticas equitativas e críticas. Ao fazê-lo, pretende-se contribuir para o debate acadêmico acerca da formação docente na EPT e para o aprimoramento de políticas e práticas voltadas à construção de uma educação unilateral e emancipadora.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A legislação brasileira tem avançado significativamente no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente no contexto educacional. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que "a educação é direito de todos e dever do Estado e da família", assegurando a educação inclusiva em todos os níveis e modalidades. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça esse compromisso, destacando, em seu artigo 28, que "incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e



avaliar: I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades" (BRASIL, 2015). Essa legislação representa um marco na promoção da inclusão, estabelecendo diretrizes para a eliminação de barreiras e a garantia de acessibilidade no ambiente educacional.

2.1 FUNDAMENTOS LEGAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em consonância com os avanços legislativos, a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT) foi instituída pelo Decreto nº 12.603/2025, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a integração da EPT no Brasil, alinhando-a às necessidades do mundo do trabalho e às demandas sociais Serviços e Informações do Brasil. A PNEPT busca fortalecer a formação e qualificação de trabalhadores, fomentar a inovação e a pesquisa, e atender às necessidades do mundo do trabalho. Essa política reconhece a importância da inclusão como princípio estruturante da EPT, promovendo ações concretas que garantam a efetivação da inclusão escolar.

Apesar dos avanços legislativos e das políticas públicas estabelecidas, a implementação efetiva da inclusão na EPT enfrenta desafios significativos. A falta de infraestrutura acessível nas instituições de ensino, a escassez de materiais pedagógicos adaptados e a resistência de alguns profissionais à mudança de práticas pedagógicas tradicionais são obstáculos que dificultam a plena inclusão dos estudantes com deficiência (INEP, 2024; Mendes e Reis, 2021). Estudos indicam que, embora haja avanços legais, ainda persistem lacunas significativas na formação docente e na adaptação dos ambientes educacionais para garantir a acessibilidade e a participação plena dos alunos com deficiência (Gonçalves e Duarte, 2022).

A formação continuada dos docentes é essencial para superar os desafios da inclusão na EPT. A Lei Brasileira de Inclusão destaca, em seu artigo 28, inciso II, o seguinte:

Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (BRASIL, 2015).

Isso implica na necessidade de programas de capacitação que desenvolvam competências relacionadas à equidade, diversidade e multiculturalismo, capacitando os docentes para atuar de maneira crítica e reflexiva diante das especificidades de seus



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

estudantes. Além da oferta institucional de programas de formação, é importante considerar que a efetividade da formação continuada também depende do engajamento ativo dos próprios docentes em seus percursos formativos, incluindo a busca por especializações, mestrado e doutorado, como parte de um compromisso profissional com a prática inclusiva.

A eficácia das políticas públicas de inclusão na EPT depende de um sistema robusto de avaliação e monitoramento. O Decreto nº 12.603/2025 institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (Sinaept), com o objetivo de avaliar a qualidade da educação profissional e tecnológica no Brasil, incluindo aspectos relacionados à inclusão Serviços e Informações do Brasil. A implementação de mecanismos de avaliação contínua permite identificar avanços, desafios e áreas que necessitam de ajustes, garantindo que as políticas públicas atendam efetivamente às necessidades dos estudantes com deficiência.

Para que a EPT se torne realmente inclusiva e transformadora, é necessário um compromisso coletivo entre gestores, docentes, alunos e a sociedade. A efetivação da inclusão escolar como princípio emancipador e democrático requer a articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e formação docente. É necessário que as instituições de ensino adotem uma abordagem holística da inclusão, que contemple aspectos pedagógicos, estruturais e culturais, criando ambientes educacionais que promovam a equidade e a justiça social. A pesquisa de Disconci (2023) aponta que o fortalecimento de políticas de ações afirmativas, especialmente para pessoas com deficiência, é essencial para garantir a permanência e o êxito desses estudantes na EPT.

A inclusão de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) representa um avanço significativo na democratização do ensino. No entanto, docentes enfrentam desafios substanciais para implementar práticas pedagógicas inclusivas. Segundo Gonçalves e Duarte (2022), a ausência de formação adequada sobre inclusão, aliada à falta de materiais didáticos adaptados e de recursos tecnológicos assistivos, dificulta a adaptação curricular necessária para atender às diversidades presentes nas salas de aula técnicas. Esses obstáculos evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas que promovam a capacitação docente e a infraestrutura acessível nas instituições de ensino.

A formação inicial de professores para a EPT frequentemente não contempla adequadamente as especificidades da educação inclusiva, marcada pela baixa carga



horária de disciplinas como Educação Inclusiva e Libras nos cursos de licenciatura, conforme discutido por Neuma Chaveiro, que destaca limitações na oferta obrigatória de Libras apenas nas licenciaturas e no curso de fonoaudiologia (Chaveiro, s.d.; Mazzu-Nascimento, 2020). Silva (2025) destaca que a escassez de programas de formação continuada e a ausência de disciplinas que abordem a inclusão de forma transversal nos cursos de licenciatura contribuem para a falta de preparo dos docentes. Essa lacuna formativa resulta em práticas pedagógicas que não atendem plenamente às necessidades dos estudantes com deficiência, comprometendo a efetividade da inclusão escolar.

Além das limitações formativas, barreiras atitudinais também se configuram como desafios significativos. Mantoan (2023) afirma que a resistência dos docentes à inclusão está frequentemente relacionada a preconceitos e estigmas enraizados, que se manifestam na falta de expectativas positivas em relação ao potencial dos alunos com deficiência. Essa postura pode levar à exclusão simbólica desses estudantes, mesmo em contextos que legalmente promovem a inclusão, como na EPT.

A adaptação curricular e metodológica é essencial para atender às necessidades dos estudantes com deficiência na EPT. Segundo Cajaíba (2024), docentes enfrentam dificuldades em modificar conteúdos e estratégias pedagógicas para garantirem a acessibilidade e a participação plena dos alunos. A falta de tempo, recursos e apoio institucional para realizar essas adaptações compromete a qualidade do ensino oferecido e limita as oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes (Ferreira e Mendes, 2024).

A utilização de tecnologias assistivas e materiais didáticos adaptados é fundamental para promover a inclusão efetiva na EPT. No entanto, Gonçalves e Duarte (2022) apontam que muitas instituições de ensino técnico carecem desses recursos, o que dificulta a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. A escassez de investimentos em infraestrutura tecnológica e na produção de materiais acessíveis limita as possibilidades de adaptação do ensino às diversas necessidades dos estudantes.

2.2 DESAFIOS E BARREIRAS À INCLUSÃO NA EPT

Para superar os desafios enfrentados pelos docentes na EPT, é imprescindível a implementação de políticas públicas que promovam a formação continuada em educação inclusiva, a disponibilização de recursos tecnológicos e materiais didáticos adaptados, e a sensibilização da comunidade escolar para a importância da inclusão. Além disso, é



necessário fomentar a colaboração entre professores, gestores e especialistas em educação inclusiva, visando à construção de práticas pedagógicas que atendam às diversidades presentes nas salas técnicas de aula.

As práticas educativas integradoras têm se consolidado como estratégias centrais para promover a inclusão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Saviani (2008) afirma que "a pedagogia histórico-crítica deve mediar o conhecimento historicamente produzido e a realidade concreta dos estudantes, favorecendo a aprendizagem significativa e o desenvolvimento crítico" (p. 102). Nesse sentido, práticas que articulam saberes técnicos, científicos e culturais contribuem para um ensino mais contextualizado, permitindo que todos os estudantes participem ativamente do processo de aprendizagem, independentemente de suas particularidades ou limitações. Essas práticas não apenas garantem a acessibilidade, mas também valorizam a diversidade de experiências e saberes presentes na sala de aula.

Projetos interdisciplinares e metodologias ativas são recursos fundamentais para a inclusão efetiva na EPT. Ferreira e Cordero (2019) destacam que "a interdisciplinaridade e a aprendizagem baseada em projetos favorecem a articulação entre teoria e prática, promovendo o engajamento de estudantes com diferentes perfis" (p. 115). Ao integrar conteúdos de diferentes áreas e promover atividades colaborativas, essas estratégias permitem que os estudantes desenvolvam habilidades cognitivas, sociais e emocionais, superando limitações impostas por currículos fragmentados ou metodologias tradicionais.

O uso de tecnologias assistivas é outro elemento crucial das práticas educativas integradoras. Gonçalves e Duarte (2022) afirmam que "a incorporação de recursos tecnológicos adaptados potencializa a participação e a autonomia dos estudantes com deficiência, tornando o aprendizado mais acessível e significativo" (p. 14). Ferramentas digitais, softwares educativos e dispositivos adaptativos permitem personalizar o ensino de acordo com as necessidades individuais, garantindo que todos tenham oportunidades equivalentes de aprendizado e desenvolvimento.

As práticas integradoras também devem reconhecer e valorizar a diversidade cultural e social dos estudantes. Mônico, Morgado e Orlando (2018) defendem que "o reconhecimento das identidades, culturas e histórias de vida dos estudantes é fundamental para a efetividade das práticas inclusivas" (p. 58). Ao incluir diferentes perspectivas e experiências nos conteúdos e metodologias, o docente promove um ambiente educativo



mais democrático e respeitoso, fortalecendo o senso de pertencimento e a autoestima dos alunos.

A aprendizagem colaborativa e o trabalho coletivo entre docentes são estratégias que ampliam a eficácia das práticas integradoras. Frigotto (2005) argumenta que "o planejamento coletivo e a reflexão compartilhada sobre práticas pedagógicas favorecem a inovação metodológica e a adaptação de estratégias inclusivas" (p. 67). Quando os professores discutem casos, planejam atividades conjuntas e avaliam resultados de forma colaborativa, eles conseguem identificar lacunas, compartilhar soluções e implementar práticas que atendam melhor à diversidade de estudantes.

As práticas educativas integradoras não se limitam a melhorar o desempenho acadêmico; elas têm caráter emancipador e transformador. Freire (1996) enfatiza que "educar é um ato de liberdade" (p. 34), destacando que a educação deve promover a consciência crítica, a autonomia e o engajamento social. Na EPT, práticas que combinam conhecimento técnico, científico e cultural contribuem para a formação de cidadãos capazes de atuar criticamente no mundo do trabalho e na sociedade, promovendo inclusão, equidade e justiça social.

A formação continuada de professores é reconhecida como um elemento central para garantir a inclusão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Silva (2025) destaca que "a atualização permanente das competências docentes é essencial para lidar com a diversidade de estudantes e atender às demandas de uma educação inclusiva" (p. 42). O desenvolvimento de habilidades pedagógicas específicas, aliado à reflexão crítica sobre práticas de ensino, possibilita que os docentes ajustem suas metodologias e recursos às necessidades individuais dos alunos, promovendo ambientes de aprendizagem mais equitativos e participativos.

Estudos apontam que a formação inicial de professores na EPT frequentemente não prepara adequadamente os docentes para atuar com estudantes com diferentes necessidades. Gonçalves e Duarte (2022) afirmam que "as lacunas na formação inicial, especialmente em relação à inclusão, exigem a implementação de programas de capacitação continuada que desenvolvam competências práticas e reflexivas" (p. 18). Essa carência formativa compromete a eficácia das práticas pedagógicas inclusivas, tornando a formação continuada uma ferramenta estratégica para superar essas limitações.

A implementação de programas de formação continuada deve abranger diferentes



dimensões, incluindo metodologias inclusivas, uso de tecnologias assistivas e sensibilização para diversidade cultural e social. Ferreira e Cordero (2019) enfatizam que "os cursos de atualização que promovem a prática reflexiva e a aprendizagem colaborativa fortalecem a capacidade dos professores de adaptar conteúdos, estratégias e avaliações aos diferentes perfis dos estudantes" (p. 120).

Tais programas permitem que os docentes construam repertórios pedagógicos mais amplos e contextualizados, capazes de atender às complexidades da EPT.

A formação continuada também deve incentivar o planejamento coletivo e o compartilhamento de experiências entre os professores. Frigotto (2005) argumenta que "a troca de saberes entre docentes permite identificar boas práticas, adaptar metodologias e implementar estratégias inclusivas de maneira mais eficaz" (p. 71). O trabalho colaborativo potencializa a inovação pedagógica e cria redes de apoio profissional, promovendo a disseminação de práticas que favorecem a inclusão e a equidade no ambiente escolar.

O uso de tecnologias educacionais e recursos didáticos adaptados é essencial na formação continuada para a inclusão. Gonçalves e Duarte (2022) destacam que "a capacitação docente deve contemplar a familiarização com softwares, dispositivos assistivos e estratégias digitais que ampliem o acesso ao conhecimento para todos os estudantes" (p. 21). A incorporação desses recursos permite personalizar a aprendizagem, reduzir barreiras de acessibilidade e favorecer a autonomia e o engajamento dos alunos.

A formação continuada de professores deve ser compreendida como uma estratégia transformadora, capaz de consolidar práticas inclusivas e democráticas na EPT. Freire (1996) enfatiza que "a educação deve ser um ato de liberdade, promovendo a consciência crítica e a autonomia dos indivíduos" (p. 38). Nesse contexto, programas de capacitação contínua não apenas aprimoram competências técnicas e pedagógicas, mas também fortalecem o compromisso social dos docentes, promovendo uma educação mais justa, equitativa e capaz de atender à diversidade presente nas salas de aula.

3 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida neste estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa de caráter qualitativo e exploratório, com base em levantamento bibliográfico

sistemático. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender o estado da arte à cerca do tema, considerando as legislações, políticas públicas, teorias educacionais e práticas pedagógicas que fundamentam a formação continuada dos professores no contexto da inclusão.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de março e julho de 2025, utilizando os descritores "educação inclusiva", "formação docente", "Educação Profissional e Tecnológica", "EPT", "políticas públicas educacionais" e "tecnologias assistivas" nas bases de dados SciELO, Periódicos Capes, Google Acadêmico e BDTD. A seleção criteriosa de fontes secundárias relevantes, como livros, artigos científicos, dissertações, documentos oficiais e legislações recentes, priorizou materiais publicados nos últimos dez anos para garantir atualidade.

A amostragem foi do tipo não probabilística intencional, centrada em obras reconhecidas no campo da educação inclusiva, da pedagogia crítico-histórica, das políticas públicas educacionais e da formação docente para a EPT. Os critérios de seleção operacionais incluíram: relevância direta para a problemática (alinhamento com objetivos), representatividade teórica (autores de impacto na área) e acessibilidade integral do texto; foram excluídos materiais não acadêmicos, duplicatas e fontes anteriores a 2015.

Os dados coletados foram obtidos por meio da leitura analítica e sistemática dos textos selecionados, sendo os principais instrumentos de pesquisa a revisão bibliográfica e documental. Foram organizados e categorizados segundo temas emergentes explícitos: (1) Fundamentos legais e políticas públicas; (2) Formação inicial e continuada docente; (3) Desafios e barreiras à inclusão; (4) Práticas pedagógicas integradoras; (5) Tecnologias assistivas e materiais adaptados. A análise de conteúdo seguiu as etapas de Bardin (2011): pré-análise (leitura flutuante e formulação de hipóteses), exploração do material (codificação por categorias temáticas) e tratamento dos resultados (inferência e interpretação), possibilitando a identificação e sistematização dos principais conceitos e argumentos.

A tabulação dos dados consistiu na elaboração de quadros sinópticos e resumos comparativos, sem uso de percentuais quantitativos, pois o foco qualitativo priorizou convergências e divergências temáticas entre autores. A interpretação dos resultados seguiu uma abordagem qualitativa interpretativa, buscando relacionar os achados teóricos com o contexto prático da EPT, de modo a inferir recomendações para o

aprimoramento da formação continuada dos professores.

Este procedimento metodológico garantiu a transparência e a confiabilidade do estudo, possibilitando a replicabilidade por outros pesquisadores interessados na temática da inclusão e formação docente na Educação Profissional e Tecnológica. Assim, a metodologia adotada sustenta a construção de um referencial teórico consistente, alinhado aos objetivos da pesquisa e fundamentado em bases acadêmicas e legais consolidadas.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica realizada evidenciou que, apesar dos avanços significativos nas políticas públicas e legislações voltadas à inclusão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) — como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015), o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) e a Resolução CNE/CP nº 4/2023 —, a efetivação dessas diretrizes ainda enfrenta desafios complexos relacionados principalmente à formação continuada dos docentes.

Verificou-se que a lacuna na preparação dos professores para atender à diversidade presente nas salas de aula técnicas compromete a implementação de práticas pedagógicas eficazes e inclusivas, corroborando a hipótese do estudo acerca da insuficiência da formação docente como entrave para a inclusão plena, aprofundando-se nas dimensões regionais e institucionais dessa carência.

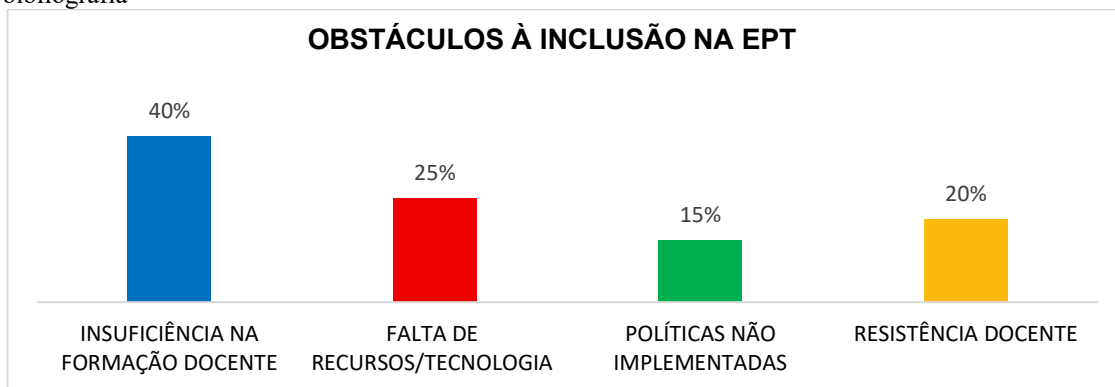
Os resultados apontam que os docentes da EPT manifestam dificuldades para adaptar conteúdos e metodologias técnicas a alunos com necessidades especiais, refletindo a ausência de capacitação específica e o limitado acesso a recursos didáticos adaptados e tecnologias assistivas — como softwares de leitura de tela ou materiais em Libras —, conforme identificado na maioria das fontes analisadas.

Tais limitações reforçam os achados de Gonçalves e Duarte (2022), que destacam a carência de materiais e ferramentas tecnológicas como obstáculo para a inclusão, e se aprofundam nas barreiras atitudinais, onde a resistência de alguns professores, fundamentada em preconceitos e falta de sensibilização (Sasaki, 2021; Mantoan, 2023), atrasa a construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo, frequentemente enraizada em contextos institucionais sem suporte contínuo para mudança cultural.

A seguir, o Gráfico 1 ilustra a distribuição percentual dos principais obstáculos

identificados na literatura analisada baseada em 26 fontes selecionadas (2015-2025), via amostragem intencional não probabilística e categorizadas por análise de conteúdo: 4 documentos normativos (LBI 2015; PNE 2014-2024; Res. CNE/CP nº 4/2023; Decreto PNEPT 2025); 13 artigos científicos (Alves & Costa 2023; Cajaíba 2024; Disconci 2023; Ferreira & Cordero 2019x2; Frigotto 2005; Gonçalves & Duarte 2022; Mônico et al. 2018x2; Silva 2025x2; Silva, E.P. & Moura 2022; Silva, JAG 2025; Silva & Moura 2022); 9 livros/monografias (Freire 1996x2; Frigotto 2005; Kuenzner 2007; Mantoan 2023; Sasaki 2021; Saviani 2008x2; MEC 2023) para a efetivação da inclusão na EPT, destacando a insuficiência na formação continuada como o maior desafio.

Gráfico 1: Principais obstáculos à inclusão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) segundo a bibliografia



Além da insuficiência na formação continuada docente (40%) que domina como principal barreira à inclusão na EPT, confirmando achados de Mantoan (2023) e Sasaki (2021) sobre a necessidade de capacitações aprofundadas em diversidade e práticas adaptativas; a falta de recursos e tecnologias (25%) agrava o problema, especialmente em contextos técnicos; enquanto a resistência docente (20%) e falhas na implementação de políticas (15%) indicam demandas por sensibilização e articulação normativa — esses percentuais, derivados da análise de conteúdo, reforçam a hipótese do estudo e demandam maior detalhamento qualitativo, como complementado no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1: Síntese qualitativa dos principais obstáculos à inclusão na EPT (complemento ao Gráfico 1)

OBSTÁCULO PRINCIPAL	FONTES PREDOMINANTES	IMPLICAÇÕES ESPECÍFICAS NA EPT
INSUFICIÊNCIA NA FORMAÇÃO CONTINUADA	Mantoan (2023); Sasaki (2021); Silva (2025)	Lacunas em competências para adaptações curriculares técnicas; necessidade de formação em diversidade intercultural.
FALTA DE	Gonçalves & Duarte (2022);	Ausência de materiais em Libras

RECURSOS/TECNOLOGIAS	Ferreira & Cordero (2019)	e softwares adaptados em laboratórios técnicos.
RESISTÊNCIA ATITUDINAL	Mantoan (2023); Sasaki (2021)	Preconceitos que perpetuam exclusão simbólica em ambientes práticos.
FALHAS NA IMPLEMENTAÇÃO	Disconci (2023); Frigotto (2005)	Descompasso entre Sinaept e práticas locais, com desigualdades regionais.

A discussão também revela que a formação continuada surge como caminho estratégico para superar esses obstáculos quando estrutura diálogo entre teoria e prática, desenvolve competências pedagógicas específicas — como metodologias inclusivas e interculturalidade — e integra tecnologias educacionais, conforme Ferreira e Cordero (2019) e Silva (2025). Essa abordagem, aliada ao estímulo ao trabalho coletivo e troca de experiências entre docentes (Frigotto, 2005), potencializa práticas integradoras, democráticas e inovadoras na EPT, diretamente combatendo as barreiras identificadas no Gráfico 1 e Quadro 1, mas requer políticas que mitiguem desigualdades regionais no acesso a esses programas.

Independente assinalar que as práticas educativas integradoras, baseadas nas pedagogias freiriana e histórico-crítica, demonstram potencial para promover não apenas a inclusão formal, mas também a emancipação social, contribuindo para a construção de uma educação crítica e transformadora. A articulação entre conhecimento técnico-científico e valorização da diversidade cultural e social amplia a participação e o engajamento dos estudantes, conforme apontam Mônico, Morgado e Orlando (2018) e Freire (1996), fortalecendo a aplicação prática em contextos da EPT como laboratórios e projetos interdisciplinares.

Ressalta-se, entretanto, que a pesquisa encontrou limitações relevantes na oferta e no acesso a programas institucionais de formação continuada, refletindo desigualdades regionais e institucionais que comprometem a universalização da inclusão. Além disso, a insuficiência de avaliações sistemáticas e de monitoramento da implementação das políticas inclusivas na EPT, embora prevista no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (Sinaept), representa uma lacuna que dificulta ajustes e melhorias efetivas.

Em linhas gerais, os resultados apontam para a necessidade premente de políticas públicas que garantam formação docente contínua, investimentos em infraestrutura acessível e recursos didáticos adequados, e ações que promovam a sensibilização e o



engajamento coletivo. Essas medidas são essenciais para avançar na construção de uma Educação Profissional e Tecnológica que seja inclusiva, diversa, crítica e comprometida com a equidade e a emancipação social. A discussão embasada na literatura apóia a proposição de práticas pedagógicas integradoras como vetor fundamental para essa transformação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou responder ao problema de pesquisa que orientou a investigação: como a formação continuada dos professores na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pode ser aprimorada para promover, na prática, uma educação mais inclusiva e diversa. A partir deste questionamento, os objetivos definidos foram efetivamente alcançados ao identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes na implementação de práticas inclusivas, propor estratégias didáticas e metodológicas para seu aprimoramento e articular práticas pedagógicas integradoras que respeitem as diferenças culturais, sociais e históricas dos estudantes.

A hipótese levantada, de que a insuficiência da formação docente constitui um dos maiores entraves para a efetivação da inclusão na EPT, foi confirmada por meio da análise crítica da literatura especializada. Observou-se que a deficiência na capacitação, somada à falta de recursos adaptados e à resistência atitudinal, compromete a efetividade das políticas públicas inclusivas, reforçando a necessidade de programas de formação continuada que promovam competências pedagógicas específicas e sensibilidade para a diversidade.

A contribuição deste trabalho para o campo da educação reside na consolidação de uma base teórica e prática que valoriza a formação docente como vetor essencial para a construção de uma EPT inclusiva, crítica e emancipadora. Ao enfatizar o diálogo entre políticas públicas, práticas pedagógicas e formação continuada, o estudo oferece subsídios para gestores, formuladores de políticas e educadores atuarem de modo mais efetivo na promoção da equidade educacional.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a restrição inerente à pesquisa bibliográfica, que não contemplou dados empíricos diretos, o que restringe uma visão mais ampla das especificidades regionais e institucionais. Além disso, a rápida evolução legislativa e social no campo da inclusão pode demandar atualizações constantes para



manter a relevância das análises.

Por fim, observa-se que a construção de uma educação profissional e tecnológica inclusiva, democrática e plural depende de um compromisso contínuo e coletivo que articule formação docente, políticas públicas e práticas pedagógicas. A centralidade dos professores na promoção da inclusão torna-se incontestável, ressaltando a urgência e a importância de estratégias que potencializem sua capacitação e sensibilização para as diversidades presentes no contexto educacional da EPT.

REFERÊNCIAS

ALVES, L.; COSTA, R. Formação de professores para a inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 4, p. 55–72, 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 12.603, de 29 de agosto de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (Sinaept). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/agosto/assinado-decreto-que-regulamenta-politica-nacional-de-ept>>. Acesso em: 17 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 out. 2025. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Decreto/D12686.htm>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e estabelece diretrizes, objetivos e metas do PNE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar 2024: escolas brasileiras e acessibilidade para PCDs**. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CP nº 4, de 10 de maio de 2023. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 maio 2023. Disponível em:



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

<<http://portal.mec.gov.br/docman/12345/resolucao-cne-cp-n-4-2023>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

CAJAÍBA, M. Educação inclusiva no ensino profissional e tecnológico: desafios e possibilidades. **Trilhas da Educação**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ifbaiano.edu.br/index.php/trilhas/article/view/854>>. Acesso em: 29 ago. 2025.

CHAVEIRO, N.; PAIVA, G. X. dos S.; FARIA, J. G. O ensino de Libras nos cursos de formação de professores: desafios e possibilidades. **Revista Sinalizar**, v. 3, n. 1, p. 68-80, 2018.

CARVALHO, Francisco Roberto da Silva de. Formação docente na educação profissional e tecnológica: perspectivas e desafios para inclusão escolar no ensino médio integrado. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 12, n. 31, p. 223–243, 2025. DOI: <<https://doi.org/10.55028/pdres.v12i31.22817>>.

DISCONCI, L. Políticas públicas de ações afirmativas para pessoas com deficiência na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira de Educação Profissional**, v. 29, n. 2, p. 45-58, 2023.

FERREIRA, J.; CORDERO, A. Inclusão e diversidade na EJA: desafios para a Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Educação em Questão**, v. 57, n. 51, p. 211–229, 2019.

FERREIRA, L.; CORDERO, A. Metodologias ativas e interdisciplinaridade na educação profissional: desafios e estratégias. **Educação & Formação**, v. 11, n. 2, p. 110-125, 2019.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1129–1152, 2005.

FRIGOTTO, G. Politecnia e educação profissional: reflexões sobre práticas educativas integradoras. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da liberdade: ética e cidadania**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, V. M.; DUARTE, M. B. Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: avaliação do conhecimento e práticas docentes. **Educação em Foco**, v. 25, n. 46, p. 1-20, 2022.

KUENZNER, A. Z. **Educação profissional: categorias de análise**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEITE, I. R. A. et al. Formação Continuada de Professores como Ferramenta para a Efetivação da Educação Inclusiva. **INTERFERENCE: A JOURNAL OF AUDIO CULTURE**, v. 11, n. 2, p. 6122–6134, 2025. DOI: <<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p6122-6134>>.

MANTOAN, M. T. E. **A inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MEC – Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília: MEC, 2020. (Revogado em 2023 e atualizado pelo Decreto nº 12.686/2025).**



INSTITUTO FEDERAL

Goiano
CERFOR

PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MÔNICO, L.; MORGADO, J.; ORLANDO, F. Formação de professores e práticas inclusivas: um olhar para a EJA. **Revista Lusófona de Educação**, n. 41, p. 45–62, 2018.

MÔNICO, R.; MORGADO, L.; ORLANDO, T. Diversidade cultural e práticas pedagógicas inclusivas na educação profissional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, n. 2, p. 55-70, 2018.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 10. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2021.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: fundamentos e práticas**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, A. C. Formação docente e desafios da inclusão na EPT. **Revista de Educação Profissional**, Recife, v. 12, n. 2, p. 38-45, 2025.

SILVA, E. P.; MOURA, F. B. A diversidade na formação docente da EPT: um estudo de caso. **Cadernos de Educação**, Fortaleza, v. 13, n. 4, p. 142-160, 2022.

SILVA, JAG. Desafios na formação de professores para a educação inclusiva. **Cuadernos de Educación**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2025. Disponível em: <<https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7606>>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SILVA, M.; MOURA, R. Formação docente e inclusão na EPT: avanços e desafios. **Revista Educação & Linguagem**, v. 25, n. 1, p. 87–104, 2022.